



REVISTA MULTIACADÊMICA v. 02 (2024)

**FACULDADE DE IMPERATRIZ – FACIMP WYDEN
BACHARELADO EM DIREITO**

CARLOS ANTONIO TITO DOS SANTOS FILHO

**A MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL E A JUDICIALIZAÇÃO DA
POLÍTICA NO BRASIL: Reflexos na garantia da segurança jurídica.**

IMPERATRIZ

2024

A MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA NO BRASIL: Reflexos na garantia da segurança jurídica.

Carlos Antonio Tito dos Santos Filho¹

RESUMO

Este trabalho aborda a mutação constitucional e a judicialização da política no Brasil, analisando suas implicações para a segurança jurídica. O problema de pesquisa foi delimitado na questão: “Quais são os reflexos da mutação constitucional e da judicialização da política na garantia da segurança jurídica no Brasil?”. O objetivo geral é investigar os efeitos dessas características no sistema jurídico brasileiro, com ênfase na relação entre a interpretação dinâmica da Constituição e o papel do Judiciário. Os objetivos específicos incluem: analisar a supremacia constitucional e os métodos de alteração da Constituição; compreender a influência da mutação constitucional na interpretação jurídica; e discute o ativismo judicial como expressão da mutação constitucional. Para atingir esses objetivos, foi utilizada uma metodologia de pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa e exploratória, focando em obras e estudos relevantes entre os anos de 2018 e 2024, o que possibilitou uma compreensão ampla e atualizada da temática. Essa abordagem viabilizou uma investigação detalhada das interações entre a mutação constitucional, a judicialização da política e a segurança jurídica, contribuindo para um entendimento crítico e fundamentado do impacto dessas características no contexto brasileiro.

Palavras-chave: mutação constitucional. judicialização. ativismo político

SUMÁRIO: Introdução. 1. Supremacia constitucional.. 1.1. Métodos de alteração da constituição. 2. Mutação constitucional e sua influência na interpretação jurídica no brasil. 2.1. Conceito de mutação constitucional. 2.2. Limites e controvérsias na mutação constitucional. 3. A expansão do ativismo judicial. 3.1. Ascensão do judiciário e o papel da mutação constitucional. 3.2. Críticas e limites do ativismo judicial. 3.2.1. Ativismo judicial do supremo tribunal federal. Conclusão. Referências.

INTRODUÇÃO

A mutação constitucional e a judicialização da política no Brasil são específicas interligadas que refletem a evolução do ordenamento jurídico e a adaptação do Estado às demandas sociais e políticas emergentes. No cenário brasileiro, o protagonismo do Judiciário e a flexibilização interpretativa da Constituição despertam discussões sobre a segurança jurídica e a estabilidade das instituições. A mutação constitucional, ao permitir uma interpretação dinâmica da Constituição sem alteração formal do seu texto, e a judicialização da política, ao

¹ Bacharelado em Direito pela Faculdade de Imperatriz – Facimp Wyden.

colocar o Judiciário em posição de decidir temas originalmente de competência dos outros Poderes, configuram-se como processos complexos e de grande impacto para o equilíbrio democrático.

O presente artigo propõe-se investigar os reflexos da mutação constitucional e da judicialização da política sobre a garantia da segurança jurídica no Brasil. Para tal, os objetivos específicos delineados são: analisar a supremacia constitucional e os métodos de alteração da Constituição; compreender a influência da mutação constitucional na interpretação jurídica brasileira; e discute o papel do ativismo judicial como expressão da mutação constitucional. Esses objetivos visam fornecer uma compreensão crítica das interações entre essas características e sua repercussão no sistema jurídico nacional.

A metodologia desta pesquisa é predominantemente bibliográfica com abordagem qualitativa e exploratória, centrando-se na análise de doutrinas e estudos acadêmicos relevantes sobre os temas envolvidos. A partir dessa base teórica, o estudo busca mapear e avaliar as implicações dos conceitos de mutação constitucional e judicialização da política, oferecendo uma reflexão embasada para a análise dessas características no contexto brasileiro.

Na primeira seção do artigo, abordamos a supremacia constitucional e os métodos de alteração da Constituição, com abordagem nos mecanismos formais e informativos que permitem a adaptação do texto constitucional às novas demandas sociais. Discutimos como esses métodos garantem a supremacia da Constituição como norma máxima e o equilíbrio entre a rigidez e a flexibilidade na sua interpretação.

Na segunda seção, examinamos a mutação constitucional e sua influência na interpretação jurídica no Brasil. Analisamos o conceito de mutação constitucional como um processo interpretativo essencial para manter a atualidade e a relevância da Constituição, além de sua função em garantir que o texto constitucional acompanhe as transformações sociais sem perder seu caráter normativo.

Por fim, na terceira seção, investigamos o ativismo judicial como desdobramento da mutação constitucional, refletindo sobre a atuação proativa do Judiciário em temas políticos e sociais. Abordamos as críticas e os benefícios desse protagonismo judicial, discutindo como ele pode tanto contribuir para a garantia de direitos fundamentais quanto desafiar a divisão de poderes.

Em suma, este artigo busca contribuir para o debate sobre a mutação constitucional e a judicialização da política no Brasil, especialmente em relação à segurança jurídica e à estabilidade institucional. A análise dessas consequências fornece subsídios para uma compreensão aprofundada de seu impacto no sistema jurídico e na promoção da justiça e na

preservação da ordem constitucional.

1. SUPREMACIA CONSTITUCIONAL.

O princípio da supremacia da Constituição fundamenta-se, antes de tudo, na legitimidade de uma Constituição, elaborada a partir da vontade popular. Dessa forma, ao ser dotada de supremacia, a Constituição impõe-se como autoridade vinculativa sobre todos os poderes e atos deles decorrentes, garantindo, assim, uma atuação jurisdicional livre de interferências e orientada pela ordem constitucional.

Esse princípio representa um dos fundamentos essenciais do sistema jurídico, sendo o reflexo da autoridade prejudicada pelo processo constituinte. Compreender sua importância, portanto, implica considerar a necessidade de vinculação formal e material de todas as demais fontes do direito à Constituição Federal. Essa vinculação assegura, por conseguinte, a unidade e a coerência indispensáveis para o funcionamento harmonioso da ordem jurídica. (Krieger; Moreira, 2018).

Hans Kelsen, ao formular sua teoria do escalonamento da ordem jurídica, descreveu o Direito como um sistema hierarquizado de normas. De acordo com Kelsen, a ordem jurídica não é composta por normas dispostas num mesmo nível; Ao contrário, ela se organiza em uma estrutura escalonada de níveis normativos, onde a Constituição ocupa o ponto mais elevado dessa hierarquia. Em outras palavras, a Constituição é o fundamento supremo de validade de todas as normas jurídicas subsequentes, representando, assim, o mais alto degrau do Direito positivo na ordem jurídica nacional.

Além disso, a Constituição é a Lei Fundamental de um Estado, orientando tanto as limitações de atos quanto a prestação de serviços estatais em uma sociedade organizada. Em outras palavras, ela deveres e garantir direitos, criando, portanto, um ambiente de controle e regulação pelo Estado. Sob essa ótica, a Constituição possui uma forma composta por normas escritas e costumeiras; um conteúdo que abrange a conduta humana nas esferas econômicas, políticas, religiosas e sociais; um fim que visa a realização de valores que orientam a convivência em sociedade; e, finalmente, uma causa criadora, que é o poder originado do povo. (Faria, 2021).

Assim, ao situar-se no ápice do sistema jurídico, a Constituição exige que qualquer norma jurídica obtenha sua validade a partir de uma norma superior. Em outras palavras, todas as normas devem alinhar-se aos preceitos constitucionais, pois, caso contrário, são passíveis de serem declaradas inconstitucionais. Esse controle de adequação exige, portanto, um sistema de

Controle de Constitucionalidade, o que pressupõe a existência de uma Constituição e de uma ordem jurídica nela fundamentada. Esse controle abarca, não apenas o conteúdo, mas também o processo de criação das normas, a estruturação do Estado e a organização de seus órgãos. (Krieger; Moreira, 2018).

Nesse sentido, segundo Moreira (2018), o Controle de Constitucionalidade, por fim, pode ocorrer de forma preventiva, impedindo que normas incompatíveis com a Constituição entrem em vigor, ou de forma repressiva, retirando do sistema jurídico aquelas normas que já estão em vigor, mas que violam o texto constitucional. Além disso, ele pode ser exercido por todos os Poderes da República: Executivo, Legislativo e Judiciário, refletindo, assim, a abrangência e a importância da supremacia constitucional como fundamento para a ordem jurídica de um país.

1.1. METODOS DE ALTERAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO.

Faria (2021) explica que, de modo formal, a Constituição Federal dispõe, explicitamente, sobre a possibilidade de reforma constitucional por meio de emendas, cujos critérios encontram-se delineados no artigo 60. Complementarmente, os constituintes originários estabeleceram a possibilidade de uma revisão constitucional, nos termos especificados no artigo 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Diferentemente das reformas, que representam uma via ordinária e permanente de alteração da Constituição (art. 60, CF), a revisão constituiu um mecanismo extraordinário e temporário de alteração do texto constitucional (art. 3º, ADCT). A previsão original determinou que essa revisão deveria ocorrer dentro de um prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição de 1988, estando, portanto, sua vigência atualmente esgotada. Essa previsão de revisão, ao ser instituída, buscava facilitar ajustes na nova Constituição, estipulando um quórum diferenciado para essas deliberações.

Por outro lado, Faria (2021) explica também que as emendas constitucionais são de competência do poder constituinte derivado reformador, que herdaram parcialmente as prerrogativas do poder constituinte originário. Esse poder derivado é caracterizado pela derivação, já que não possui o mesmo poder político imperativo do constituinte originário, submetendo-se aos valores e normas da Constituição; pela subordinação, devido à sua sujeição às normas dispostas na Carta Magna; e pela condição, pois sua atuação é restrita ao processo reformador definido pela Constituição.

A mutação constitucional, por sua vez, surge como outra forma de alteração da Constituição, sem previsão expressa na lei, sendo um procedimento informal. Ela é utilizada para ajustar a interpretação das normas constitucionais às novas realidades sociais, mantendo, assim, a eficácia da Constituição como marco jurídico supremo da nação. Esse mecanismo informal responde à necessidade de adaptação das normas constitucionais à realidade social, assegurando a conexão entre o texto constitucional e os valores vigentes. (Simeão; Oliveira; Regis, 2020).

O constituinte derivado, dotado de mecanismos formais previstos na própria Constituição, realiza alterações no texto constitucional por meio das emendas, seguindo um processo complexo, exigido pela rigidez do texto original. A mutação constitucional, em contrapartida, é um processo interpretativo que vale da flexibilidade das normas para promover a reinterpretação do texto constitucional sem necessidade de modificação textual. (Mendes, 2022).

Nesse sentido, quando há uma determinada lei no texto constitucional, esse texto em si é apenas uma base que se transforma em norma à medida que o interpreta o analisa e lhe atribui um significado. Dessa forma, ele passa a ser compreendido como norma. Assim, a mutação constitucional refere-se apenas ao aspecto interpretativo, ou seja, à atribuição de novos sentidos ao texto. É a possibilidade de o intérprete alterar o entendimento anteriormente vigente, adaptando-o às novas necessidades e realidades jurídicas. (Faria, 2021).

Em suma, a dinâmica de alteração da Constituição brasileira articula tantos processos formais quanto às interpretações adaptativas, permitindo que o texto constitucional se mantenha relevante e consistente com o desenvolvimento social e político do país. Esse equilíbrio entre tensão e adaptabilidade torna a Constituição um documento vivo, essencial para a estabilidade e a continuidade do Estado Democrático de Direito no Brasil.

2. MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL E SUA INFLUÊNCIA NA INTERPRETAÇÃO JURÍDICA NO BRASIL.

É conhecido comum que o ordenamento jurídico fundamenta-se em uma norma básica, e a Constituição ocupa o papel de lei superior, operando como o parâmetro de validade para todas as demais leis no sistema. Contudo, entender essa estrutura é uma tarefa desafiadora, pois, além de suas múltiplas possibilidades de interpretação, há também uma falta de consenso sobre seu conteúdo e alcance. Os conceitos que tentam explicar refletem apenas uma fração de um conjunto dinâmico, que está continuamente evoluindo e se desenvolvendo.

O Direito Constitucional, portanto, é vivo e transcende o aspecto formal do documento escrito e fixo. São os costumes, a atividade legislativa e a renovação que dão vida ao texto constitucional e justificam sua permanência, promovendo mudanças informais na Carta Política. Esse processo adaptativo revela a importância da prática constitucional para além do texto formal, essencial para manter a relevância da Constituição. (Faria, 2021).

Além disso, Faria (2021) expõe ainda que o Estado Constitucional foi concebido para se adaptar a novas realidades, especialmente em face de uma Constituição e formal. É importante notar que, além da atuação do legislador, a prática política evidencia outras formas de alteração do texto constitucional, que ocorrem sem necessidade de passar pelo complexo processo legislativo.

Assim, de acordo com Rodrigues e Santos (2023), diante de uma realidade em constante mudança, é imprescindível que o texto constitucional se molde para preservar sua força normativa. Essa flexibilidade permite que, por meio de processos informais, ocorra uma manifestação do poder constituinte difuso, característica denominada mutação constitucional.

Nesse sentido, a mutação constitucional consiste na interpretação do texto constitucional de maneira a especificar um novo sentido, sem alterar sua redação. Este recurso é importante para atualizar o texto em face das demandas sociais, uma vez que o processo legislativo é, além de complexo, muito lento. (Rodrigues; Santos, 2023).

2.1. CONCEITO DE MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL.

Palmeira e Cavalcante (2019) explicam que a mutação constitucional é um instituto de interpretação jurídica que ganhou notoriedade no final dos anos 90 e segue amplamente debatido por especialistas em direito constitucional e teoria do direito. Sua relevância reside na possibilidade de obter novos significados a expressões e institutos presentes no texto constitucional, sem que este preciso seja formalmente alterado. Ou seja, por meio da mutação constitucional, ocorre uma adaptação na norma extraída do texto constitucional, estabelecendo-se novas regras interpretativas a partir do mesmo conteúdo escrito.

Nesse sentido, a mutação constitucional é um processo informal e não escrito de transformação no significado ou na interpretação de uma Constituição, sem a alteração direta de seu texto. Ao contrário das emendas constitucionais, que são alterações explícitas e formais no texto constitucional realizadas pelo legislador, a mutação constitucional ocorre de forma implícita, por meio da interpretação e aplicação da Constituição pelos órgãos do poder judiciário, legislativo e executivo. Esse processo permite que o conteúdo normativo da

Constituição se adapte às novas realidades e às demandas sociais emergentes, proporcionando maior comodidade e adequação ao longo do tempo. (Neves, 2021).

Para tanto, a mutação constitucional pode ocorrer por diferentes vias, sendo a atuação dos tribunais constitucionais ou das cortes supremas uma das mais relevantes. Por meio de decisões judiciais e precedentes, esses órgãos reinterpretaram normas constitucionais à luz dos valores e das situações sociais contemporâneas. Além disso, a mutação constitucional pode decorrer de mudanças nas práticas políticas e administrativas, desde que os atores envolvidos respeitem os limites e os princípios constitucionais. Esse parecer não modifica o texto escrito, mas pode ampliar, restringir ou recontextualizar o sentido dos dispositivos constitucionais, sem violar o princípio da restrição constitucional.

Neves (2021) descreve que a mutação constitucional refere-se mais a alterações no significado da norma constitucional do que à modificação do próprio texto. É a criação de uma nova interpretação ou regra com base no mesmo texto constitucional, resultando em uma adaptação de seu sentido original sem que haja alteração formal na redação. Essa parte da teoria de que a Constituição é um instrumento vivo, que se adapta às transformações sociais. No entanto, é consenso entre os doutrinadores que essas mudanças devem ocorrer através das instituições democráticas e dos atos populares, e não apenas através de decisões do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido, argumenta-se que é pela atuação democrática da sociedade que novos sentidos são incorporados à Constituição, respeitando a ampla margem interpretativa deixada pelo texto constitucional. Assim, caberia ao poder democrático, e não às decisões isoladas de magistrados, a responsabilidade de promover essas atualizações interpretativas. (Mafra, 2018).

A teoria da mutação constitucional, de origem alemã, sugere que as alterações constitucionais sejam reexaminadas e adaptadas de acordo com as exigências e valores da sociedade atual, como uma forma de evolução interpretativa. Dessa maneira, embora o texto da Constituição permaneça inalterado, seu conteúdo se adapta conforme o contexto social e histórico se transforma, sem uma emenda formal. (Silva, 2020).

Entretanto, Neves (2021) descreve que as características da mutação constitucional exigem que sejam estabelecidos limites, para que o exercício de reinicialização do sentido da Constituição não ameace sua estabilidade e caráter normativo, protegendo-se contra o que se chama "triunfo da facticidade". Estabelecer limites é essencial para garantir a soberania da Constituição e a legitimidade do regime democrático.

Nesse contexto, é fundamental que a prática política mantenha alinhamento, tanto em conteúdo quanto em forma, com seus princípios e fundamentos. Os órgãos devem ser

responsáveis, ao materializar normas programáticas e de direitos fundamentais, bem como ao exercer o controle de constitucionalidade dos atos políticos, zelar pela força normativa e sociológica da Constituição. (Rodrigues; Santos, 2023)

Para tanto, é fundamental o uso da mutação constitucional para garantir que a Constituição Federal permaneça atualizada e em harmonia com novos processos e situações não antecipadas pela Assembleia Constituinte durante a formulação das normas constitucionais. Entretanto, os critérios adotados para prever a aplicação da mutação constitucional frequentemente geram questionamentos sobre os fundamentos e objetivos de sua aplicação, além de preocupações quanto aos limites de sua constitucionalidade. Para que a mutação constitucional seja considerada legítima, as mudanças inovadoras não devem ultrapassar as possibilidades de interpretação semântica do texto constitucional, sob o risco de comprometer sua transparência e integridade.

2.2. LIMITES E CONTROVÉRSIAS NA MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL

No Brasil, os juízes, ao interpretarem o texto constitucional em casos concretos, exercem um papel central como intérpretes objetivos. Contudo, esta interpretação pode gerar decisões divergentes em casos semelhantes, o que compromete a isonomia material. Isso ocorre devido às diferentes interpretações que cada magistrado pode adotar, o que, por sua vez, expõe a vulnerabilidade da coesão jurídica diante das diversas perspectivas interpretativas.

Para além do já exposto, Neves (2021) argumenta que, como detentor do monopólio jurisdicional, o Estado se torna a única instância a que o cidadão pode recorrer para exigir e garantir seus direitos. Desse modo, ainda que o sistema se apresente como democrático, a possibilidade de distorções no exercício prático desse monopólio pode enfraquecer a garantia dos direitos fundamentais e perpetuar um distanciamento entre os interesses humanos e a estrutura normativa.

Para além disso, Rodrigues e Santos (2023) defendem ainda que a mutação constitucional tem sido usada de forma falaciosa no Brasil, como uma justificativa teórica para decisões que favorecem uma visão autoritária e subjetiva de alguns magistrados. A crítica sustenta que essa prática abre espaço para um ativismo judicial excessivo, onde o julgamento se apoia em princípios vagos ou no conceito de mutação constitucional, permitindo interpretações discricionárias. Por isso, há quem defende que essa teoria seja abandonada no direito brasileiro, dado o risco de comprometer a imparcialidade das decisões judiciais.

Dessa forma, é essencial que o Judiciário busque continuamente se aproximar da norma da realidade dos casos concretos. Embora seja uma tarefa desafiadora, o juiz não deve extrapolar os limites do processo hermenêutico, mas sim exercer o poder constituinte difuso de forma prudente, obrigando-se a fazer justiça sem desvirtuar o texto constitucional.

3. A EXPANSÃO DO ATIVISMO JUDICIAL.

Segundo Silva (2020), desde a conclusão do período da ditadura militar em janeiro de 1985, e com a subsequente redemocratização do Brasil, que se concretizou com a promulgação da nova Constituição em outubro de 1988, observamos um notável aumento do protagonismo dos tribunais. Essa ascensão se manifesta tanto em termos de abrangência quanto em complexidade, refletindo uma transformação significativa no papel da Justiça no cenário nacional.

Dessa forma, a presença crescente do Judiciário na esfera política, social e econômica do país é impulsionada, em grande medida, por uma combinação de fatores. Entre eles, destaca-se a crise fiscal que o Estado enfrenta, que, por sua vez, resulta na fragilização do poder político previsto, bem como escândalos de corrupção que se tornaram rotineiros no meio político. (Silva, 2021).

Para tanto, segundo Krieger e Moreira (2018), a judicialização da política é um tema que assume grande relevância na atualidade, especialmente diante do cenário constitucional contemporâneo. A ampliação dos direitos subjetivos, característica desse contexto, abre espaço para que diversos grupos recorram ao Poder Judiciário em busca da realização de suas demandas e reivindicações.

Essa tendência de levar questões de natureza política para o âmbito judicial tem gerado um aumento expressivo nas discussões e decisões judiciais relacionadas a temas sociais, econômicos e políticos, transformando o Judiciário em um ator central na mediação dessas disputas e refletindo os desafios e desafios enfrentados pela sociedade. (Krieger; Moreira, 2018).

3.1. ASCENSÃO DO JUDICIÁRIO E O PAPEL DA MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL

Na razão de algumas decisões controversas, especialmente em julgados da egrégia Corte de Pátria, existe uma discussão doutrinária acerca do uso da mutação constitucional como mecanismo de interpretação que extrapola a norma constitucional. Em diversas situações, esta

prática resulta em uma autocriação no âmbito do direito material, caracterizando um exercício ilegítimo de poder por parte dos órgãos jurisdicionais. Essa postura, muitas vezes, é criticada como ativismo judicial, especialmente quando se observa uma expansão dos limites interpretativos. (Rodrigues; Santos, 2023).

O ativismo judicial ocorre quando o magistrado extrapola sua função de julgador, adotando uma postura que transgride os limites constitucionais ao substituir o direito positivado por suas convicções pessoais. Nesse sentido, muitos autores argumentam que esse comportamento deve ser contido, especialmente no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), visto que as decisões e posturas da Corte repercutem em todo o sistema jurídico. Assim, o ativismo judicial, quando adotado de maneira extensiva, pode acarretar distorções na aplicação da norma constitucional. (Silva, 2020).

Por outro lado, Rodrigues e Santos (2023) ainda expõem que o ativismo judicial pode ser interpretado como uma atitude proativa e uma escolha de método interpretativo que amplia o sentido e o alcance da Constituição. Para alguns juristas, o ativismo judicial é uma resposta positiva às dificuldades enfrentadas pelo Poder Legislativo, como a falta de representatividade na atual conjuntura histórica. Sob esse ponto de vista, o ativismo judicial é benéfico, pois supre lacunas sociais que o Legislativo, muitas vezes, não consegue preencher. Em situações de omissão, a intervenção judicial é vista, assim, como um mecanismo de solução para questões de interesse público.

No entanto, quando o Judiciário interfere frequentemente em questões políticas e sociais, o magistrado acaba invadindo competências que não lhe cabem. Esse aspecto negativo do ativismo judicial se manifesta quando o Poder Judiciário, cuja legitimidade não é oriunda do voto popular, interfere nas atribuições dos demais Poderes. Essa prática é vista como uma violação ao Princípio da Separação dos Poderes e uma quebra do sistema de freios e contrapesos, base fundamental de um regime democrático.

Assim, Silva (2020) descreve que o ativismo judicial enfrentou resistência dentro da comunidade jurídica, sobretudo pelo fato de que o Princípio da Separação dos Poderes era como um obstáculo à ação discricionária dos magistrados. Há divergências doutrinárias quanto à validade do ativismo judicial: embora alguns doutrinadores defendam sua existência como necessidade, a maioria considera uma anomalia a ser desentranhada do sistema judiciário.

Mendes (2022) explica que o ativismo judicial diz respeito à forma como o Judiciário, especialmente o Supremo Tribunal Federal (STF), tem se posicionado de maneira ampla e intensa na defesa da Constituição no Brasil. Essa manifestação se tornou mais evidente nos últimos anos, onde o STF, em diversos agradecimentos, tomou decisões que impactaram

diretamente as ações dos outros Poderes do Estado, provocando interferências sérias em suas funções.

A atuação ativista do Judiciário se manifesta de diferentes maneiras. Uma das mais notórias é a aplicação direta da Constituição a casos específicos, mesmo na ausência de uma norma que expresse claramente a solução ou quando não tenha havido qualquer manifestação por parte do legislador. Além disso, o ativismo judicial pode levar à imposição de condutas específicas ao Poder Público, refletindo características de políticas públicas. (Silva, 2020).

Isso significa que o Judiciário, ao assumir esse papel, não apenas interpreta a Constituição, mas também orienta ou determina ações que deveriam ser de responsabilidade de outros Poderes, influenciando a formulação e a implementação de políticas públicas no país. Essa dinâmica levanta questões importantes sobre os limites e a natureza da atuação judicial em um sistema democrático, onde a separação de Poderes é fundamental para o funcionamento equilibrado do Estado. (Palmeira; Cavalcante, 2024)

Em oposição ao ativismo judicial, encontramos o conceito de autocontenção judicial, que se refere a um comportamento adotado pelo Judiciário que visa evitar a interferência em outros Poderes. Essa abordagem implica, por exemplo, a decisão de não intervir em questões relacionadas às políticas públicas. Antes da promulgação da Constituição de 1988, esse era o modelo predominantemente seguido pelo Poder Judiciário no Brasil. No entanto, essa postura foi alterada, uma vez que, atualmente, se busca "extrair o máximo das potencialidades do texto constitucional", resultando em uma série de comportamentos mais ativistas por parte dos juízes.

Um exemplo ilustrativo desse ativismo é a questão da fidelidade partidária. O Supremo Tribunal Federal declarou que a vaga no Congresso Nacional não é de propriedade do candidato, mas sim do partido ao qual ele está filiado. Essa interpretação gerou uma nova modalidade de perda de mandato parlamentar, que não está prevista de forma expressa na Constituição. Além disso, houve a ampliação da disposição ao nepotismo para incluir também os Poderes Legislativo e Executivo, estabelecendo uma súmula vinculante sem que houvesse uma previsão correspondente na Constituição Federal da República do Brasil. (Mendes, 2022)

Segundo Mendes (2022) é importante destacar que o termo “ativismo judicial” é muitas vezes utilizado de maneira inovadora na doutrina, sendo confundido com a judicialização da política. A partir dessa confusão, ambos os termos acabam sendo usados como estranhos, embora possuíssem significados diferentes. A judicialização da política refere-se ao Judiciário tratar de temas de relevância pública, enquanto o ativismo judicial implica uma postura proativa de ampliação do alcance normativo.

Além do já exposto, Pereira (2021) descreve ainda que o ativismo judicial é frequentemente impulsionado pelas características da mutação constitucional, marcada pelo reconhecimento de mudanças constitucionais e alterações jurisprudenciais no STF. Isso ocorre em virtude da ausência de limites doutrinários e legais claros para aplicação da mutação constitucional. Embora o Judiciário busque uma maior eficácia das normas constitucionais, ele deve evitar entrar no campo político. As lacunas entre o sistema normativo e a realidade social não são obrigatórias, devem ser tomadas decisões pessoais ou assumir uma função legiferante, sob o risco de comprometer o equilíbrio entre os Poderes.

É relevante destacar que os juízes, de maneira ativa, atuam como criadores do Direito. Ao interpretá-lo de forma criativa, busca-se ajustar a norma à realidade social, caminhando harmonizá-la com as transformações sociais, políticas, históricas e culturais que não podem ter sido previstas no momento em que o texto normativo foi elaborado. (Palmeira; Cavalcante, 2024).

Contudo, é fundamental impor limites a essa prática interpretativa, para evitar que a interpretação possa ultrapassar o escopo original da norma. A sobreposição do Direito à Política emerge da falta de ação do legislador infraconstitucional, que muitas vezes deixa de criar leis e normas capazes de concretizar os direitos sociais.

A inconstitucionalidade por omissão legislativa ocorre quando o legislador deixa de realizar algo que a Constituição explicitamente lhe impõe. Isso não é apenas uma omissão passiva, mas sim o descumprimento de uma obrigação constitucionalmente definida. Dessa forma, o ativismo judicial pode ser visto como uma forma de deslegitimação do papel da política e, nesse sentido, configurar uma espécie de patologia constitucional, pois é uma resposta à insuficiência do Estado em atender às demandas da sociedade. (Palmeira; Cavalcante, 2024).

Mafra (2018) explica que o ativismo judicial assume uma significação mais abrangente, unificada e de caráter ambiental, traduzindo-se na postura expansiva do juiz que, por meio do exercício da função jurisdicional, amplia tanto os limites de sua competência (ativismo competente) quanto a eficácia de suas (ativismo decisões eficazes). Esse fenômeno ocorre, muitas vezes, sob a justificativa de concretizar direitos, mas, para isso, a decisão ativista, antes de tudo, expande o poder do próprio órgão judicial de onde ela surge. Portanto, o ativismo judicial significa uma expansão da autoridade do Poder Judiciário que prova de forças internas — ou seja, que é autoimposta pelo próprio Judiciário.

Como a distribuição de competências dos Poderes e a eficácia de suas decisões são determinantes por normas jurídicas, o ativismo judicial termina por resultar em uma atuação

que se aproxima de uma atividade legislativa, muitas vezes de relevância constitucional. Dessa forma, uma decisão ativista, no sentido formal que se empresta aqui, configura-se como uma "decisão-lei", que, no fim das contas, confere ao órgão judicial uma competência inédita e incompatível com o princípio da separação de poderes, já que passa a exercer uma função legislativa. (Mafra, 2018).

Considerando que, salvo abordagens expressamente previstas pela Constituição, o Judiciário brasileiro não possui uma estrutura orgânico-funcional adequada para desenvolver a função legislativa, o ativismo judicial contraria o princípio atual da separação de poderes em sua dimensão de justiça funcional. Esse princípio delimita o sistema de freios e contrapesos ao preservar um núcleo essencial e intangível de competências para cada ramo do poder estatal, exigindo, nesse aspecto fundamental, uma correspondência exata entre órgão e função. (Simeão; Oliveira; Regis, 2020).

Assim, de acordo com Palmeira e Cavalcante (2024), o ativismo judicial formal do Supremo Tribunal Federal (STF) no Brasil traduz-se no uso da função jurisdicional para ampliar os limites de sua própria competência e/ou da eficácia de suas decisões. Esse processo pode resultar na limitação da jurisdição constitucional de instâncias inferiores do Judiciário, por meio de um enfraquecimento do modelo de fiscalização difusa da constitucionalidade (ativismo interno), ou na assunção, em parte, da competência normativa do Poder Legislativo (ativismo externo).

3.2. CRITICAS E LIMITES DO ATIVISMO JUDICIAL

Entre as principais críticas direcionadas ao ativismo judicial, destacamos os riscos que essa postura pode representar para o sistema democrático, fundamentando-se na alegação de que o Poder Judiciário, por sua natureza, cuidado de legitimidade democrática para intervir de maneira direta e contínua nas áreas de atuação típicas dos outros poderes. (Simeão; Oliveira; Regis, 2020).

Segundo Mafra (2018) tal atuação, segundo os críticos, representaria uma espécie de intromissão indevida, colocando em risco o equilíbrio democrático e infringindo a divisão de atribuições delineadas para cada um dos poderes do Estado. Isso ocorre porque o Judiciário não possui mandato popular, o que, para alguns, justificaria uma atuação mais restrita, limitando-se ao papel de intérprete e aplicador das normas, evitando que suas decisões invadam as esferas de competência do Legislativo e do Executivo.

Não que se refira especificamente à crítica de uma suposta violação ao princípio da separação de poderes, é importante destacar que tal alegação, por si só, não é suficiente para descartar o ativismo judicial como prática. Isso porque a teoria da separação dos poderes, originalmente concebida para manter uma regulamentação de divisão de funções e evitar o acúmulo de poder nas mãos de um único órgão, passou por modificações significativas ao longo do tempo.

Segundo Mendes (2022), essa teoria, ao longo de sua evolução, permitiu que os poderes interagissem entre si, ou que incluísse a criação de mecanismos de cooperação e de delegação de atribuições em determinadas situações. A ideia é que cada poder possa, em determinados contextos e em caráter excepcional, desempenhar funções que, inicialmente, seriam próprias de outro poder, mas que, ao serem assumidas de maneira atípica, designadas para a realização de fins mais amplos do Estado, atendendo ao interesse público e garantindo a continuidade das políticas públicas.

Dessa forma, o ativismo judicial, embora alvo de críticas, encontra respaldo em uma interpretação mais moderna e flexível do princípio da separação dos poderes, que reconhece a importância da colaboração interinstitucional para responder às demandas sociais e garantir direitos fundamentais. Nesse contexto, o papel do Judiciário, ao agir de maneira proativa e até mesmo interpretativa, pode se tornar um mecanismo importante para suprir eventuais omissões dos demais poderes, atendendo a casos em que há urgência na tutela de direitos ou na implementação de políticas de interesse coletivo. (Silva, 2021).

Portanto, de acordo com Silva (2021), essa visão mais dinâmica sobre a separação dos poderes, ainda que debatida e questionada, fornece bases teóricas que explicam e, de certa forma, legitimam a atuação mais engajada e intervencionista do Judiciário em situações específicas, especialmente quando essa atuação visa garantir direitos constitucionais e manter o equilíbrio institucional dentro do sistema democrático.

3.2.1. Ativismo judicial do Supremo Tribunal Federal.

Simeão, Oliveira e Regis (2020) a competência para iniciar e realizar um processo de mutação constitucional configura-se como uma prerrogativa essencial do poder, e, com justiça por isso, deve ser cuidadosamente delimitada. Sem esses limites, corre-se o risco de desestabilizar o equilíbrio entre os Poderes que compõem a República. Quando esse processo de mudança normativa na Constituição se deixa permear pelas subjetividades, ele se torna incongruente com os princípios de uma sociedade organizada sobre fundamentos democráticos.

O que se tem percebido, nesse contexto, é uma progressiva diminuição da força dos Poderes Políticos em contraste com o crescente fortalecimento do Poder Judiciário. Essa troca de protagonismo é evidente em diversas reportagens e análises apresentadas pela mídia e não se limita ao cenário brasileiro; trata-se de uma especificidade que também ocorre em outros países, evidenciando uma tendência global. (Krieger; Moreira, 2018).

Nesse contexto, é fundamental entender que, aos limites extrapolares subjetivamente determinados, ocorrem as chamadas alterações inconstitucionais. Estas representam uma ameaça real à segurança jurídica e à estabilidade institucional. Essas distorções surgem quando há contradição com a própria Constituição, seja em relação aos sentidos possíveis atribuídos ao texto, seja em relação aos valores fundamentais consagrados na Carta Magna. (Minario, 2019).

Ao exercer uma influência específica nas decisões dos Poderes Legislativo e Executivo, o Supremo Tribunal Federal (STF) ultrapassa os limites da divisão tripartida dos Poderes, orientando a aplicação de leis e normas constitucionais conforme suas próprias convicções. Esse papel ativo gera conflitos na relação de equilíbrio e harmonia entre o Judiciário e os Poderes democraticamente eleitos, especialmente ao utilizar a mutação constitucional como uma ferramenta de ativismo judicial. (Simeão; Oliveira; Regis, 2020).

Atribuído à função de preservar e proteger a Constituição Federal, o STF acaba por se tornar o intérprete máximo e exclusivo das suas normas, estabelecendo uma relação de supremacia em relação aos demais Poderes. Assim, o Supremo Tribunal reinterpreta a Constituição e, ao julgar a constitucionalidade das leis elaboradas pelo Legislativo, pode, indiretamente, atuar como um legislador ao modificar o entendimento ou até a aplicação dessas leis, ajustando-as segundo a sua interpretação e interesses.

CONCLUSÃO

O estudo sobre a mutação constitucional e a judicialização da política no Brasil revela uma complexa interação entre a interpretação da Constituição e o papel do Judiciário na consolidação da segurança jurídica. A análise do contexto jurídico brasileiro mostra uma evolução significativa, na qual a mutação constitucional tem se mostrado um instrumento relevante para adaptar a norma fundamental às transformações sociais, garantindo sua atualidade sem a necessidade de alterações formais. No entanto, essa flexibilidade interpretativa também traz à tona a questão da judicialização da política, que coloca o Judiciário em uma posição de protagonismo em temas que tradicionalmente pertencem ao Legislativo e ao Executivo.

Embora a judicialização possa ser vista como uma resposta eficaz diante da inércia de muitos Poderes, promovendo a efetivação de direitos fundamentais e a resolução de impasses políticos, ela também apresenta desafios consideráveis. A intervenção do Judiciário em questões políticas e sociais pode gerar confusão nas relações entre os Poderes, comprometendo a separação de funções e levantando preocupações sobre a legitimidade das decisões judiciais. Além disso, essa judicialização pode acentuar desigualdades e fragilizar a estabilidade institucional, uma vez que as decisões podem refletir mais sobre as interpretações pessoais dos magistrados do que a vontade coletiva da sociedade.

Diante disso, torna-se evidente a necessidade de um diálogo construtivo e colaborativo entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Essa cooperação é fundamental para desenvolver uma interpretação que respeite os princípios democráticos e promova a segurança jurídica, evitando excessos que possam comprometer a integridade da Constituição. Medidas que incentivem a participação popular, o fortalecimento das instituições e a promoção de políticas públicas adequadas são essenciais para reduzir a dependência da judicialização e garantir um equilíbrio nas relações entre os Poderes.

Em suma, embora a mutação constitucional e a judicialização da política sejam aspectos que podem contribuir para a proteção dos direitos fundamentais e a promoção da justiça social, sua aplicação deve ser feita de forma consciente e equilibrada. A busca por um sistema jurídico mais robusto e coeso requer não apenas a atuação do Judiciário, mas também um compromisso contínuo com a melhoria das políticas públicas e a garantia de que as decisões judiciais reflitam verdadeiramente a vontade e os interesses da sociedade. Assim, a intersecção entre mutação constitucional e judicialização pode desempenhar um papel crucial na construção de um Estado democrático que concretiza os valores e princípios consagrados na Constituição de 1988.

REFERÊNCIAS

FARIA, José Eduardo. **Judicialização da política, ativismo judicial e tensões institucionais**. Journal of Democracy. 2021. Disponível em: https://fundacaoofhc.org.br/arquivos/nov-21/A_China_na_ONU.pdf. Acesso em: 10 out. 2024.

KRIEGER, Bruno Thiago; MOREIRA, Felipe Oswaldo Guerreiro. **Judicialização da política e ativismo judicial: uma diferenciação necessária**. Revista de Teorias do Direito e Realismo Jurídico. 2018. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/13c8/2624ec27ce4fe6683b757bae6b6f7b588aea.pdf>. Acesso em: 28 out. 2024.

MAFRA, Gabriela. **Ação Penal 937: O foro por prerrogativa de função e a judicialização da política**. Universidade Federal de Santa Catarina. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/188185>. Acesso em: 25 out. 2024.

MENDES, Vitória de Paula. **Judicialização da política e o impacto das decisões judiciais em causas políticas e sociais**. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/4455>. Acesso em: 20 out. 2024.

MINARIO, Milene. **Mutação constitucional e o ativismo judicial no Supremo Tribunal Federal**. Universidade de Taubaté. 2019. Disponível em: <http://repositorio.unitau.br/jspui/handle/20.500.11874/3586>. Acesso em: 18 out. 2024.

NEVES, George Hilton Lemos. **Judicialização da política e ativismo judicial: uma violação ao princípio da separação dos poderes ou uma necessidade para a efetivação plena dos direitos fundamentais na sociedade brasileira contemporânea?**. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/46519>. Acesso em: 15. out. 2024.

PALMEIRA, Marcos Vinicius Martins; CAVALCANTE, Bruno de Souza. **Ativismo judicial por meio da mutação constitucional**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/13408>. Acesso em: 20 out. 2024.

PEREIRA, José Matias. **Impactos da judicialização da política e ativismo judicial no Brasil**. Brazilian Journal of Development. 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/26844>. Acesso em: 29 out. 2024.

RODRIGUES, Jailson de Araujo; SANTOS, Djane Salomão dos. **A mutação constitucional e a prática de ativismo judicial: limites entre uma decisão jurídica e uma decisão política**. Revista Eixo. 2023. Disponível em: <https://arquivorevistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/1092>. Acesso em: 27 out. 2024.

SILVA, Fábio Rodrigues da. **O uso da teoria da mutação constitucional pelo Supremo Tribunal Federal**. Universidade Nove de Julho. 2020. Disponível em: <https://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/2404>. Acesso em: 22 out. 2024.

SILVA, José Aleixo da. **Ativismo Jurídico e Mutação Constitucional**. 2021. Disponível em: <https://aberto.univem.edu.br/handle/11077/2076>. Acesso em: 14 out. 2024.

SIMEÃO, Álvaro Osório do Valle; OLIVEIRA, Ludimilla Esteves de; REGIS, Eduardo Jhonny Lustosa. **A interpretação constitucional e seus reflexos na mutação constitucional**. Revista Processus de Estudo de Gestão, jurídicos e Financeiros. 2020. Disponível em: <https://periodicos.processus.com.br/index.php/egjf/article/view/251>. Acesso em: 24 out. 2024.